

GÓMEZ, Antonio Castillo. *Livros e Leituras na Espanha do Século de Ouro*. Tradução Cláudio Giordano. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014. 208 p.

Fernando RIPEⁱ
Mauro DILLMANNⁱⁱ

A obra *Livros e Leituras na Espanha do Século de Ouro*, de Antonio Castillo Gómez, publicada em 2014 no Brasil pela Ateliê Editorial, reúne uma série de textos do autor que foram originalmente publicados em Portugal e na Espanha entre os anos 2000 e 2006 como artigos de revistas e capítulos de livros.

Professor titular de *História da Cultura Escrita* na Universidade de Alcatá, em Madri (Espanha) e especialista no campo da História Social da escrita e da leitura na Idade Moderna, o Doutor em História Antonio Castillo Gómez é autor de vasta produção científica. Destacamos algumas de suas publicações, como *Historia mínima del libro y la lectura* (2004); *Das tabuinhas ao hipertexto. Uma viagem na historia da cultura escrita* (2004); *Entre la pluma y la pared. Una historia social de la escritura en los siglos de Oro* (2006).¹

Organizado em seis capítulos, o livro aqui resenhado trata da reconstrução histórica das práticas de leitura na Espanha tendo como periodização o Século de Ouro,² buscando aproximar discursos, práticas e representações da leitura, enfocando as práticas de ler e seus efeitos, os modos de leitura de eruditos a populares. Na introdução, Gómez confessa que procura “modestamente contribuir para uma forma de fazer história, aquela que rastreia a leitura e os leitores, consciente, como observou Robert Darnton, de sua dificuldade, dada a escassez de pistas que muitas vezes não existem” (GÓMEZ, 2014, p. 21). E segue de perto as contribuições teóricas de Donald Mckenzie, Henri-Jean Martin e Armando Petrucci,³ declaradamente caros a Roger Chartier,⁴ além de Daniel Roche, Michel de Certeau, Jean-François Gilmont, Fernando Rodríguez de la

ⁱ Doutorando em Educação – Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal de Pelotas – UFPel – Pelotas, RS – Brasil. Membro do Centro de Estudo e Investigação em História da Educação (CEIHE/UFPel). E-mail: fernandoripe@yahoo.com.br.

ⁱⁱ Doutor em História – Programa de Pós-graduação em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo, RS - Brasil. Professor do Instituto de Ciências Humanas e da Informação e do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: maurodillmann@hotmail.com

Flor, entre outros, dos quais destacaríamos principalmente Roger Chartier e Robert Darnton.

A história das práticas de escrita e leitura no período moderno europeu tem, atualmente, em Roger Chartier a sua maior referência. A publicação, no Brasil, de *A mão do autor e a mente do editor* (Editora Unesp, 2014), reúne textos escritos por Chartier na primeira década de 2000, cuja análise dos processos de produção e publicação de textos são vinculadas às materialidades e suportes que lhes deram forma. Desse modo, considera que as formas particulares de um texto mudam, se alteram, são dinâmicas, dependendo do leitor, do tradutor, do revisor, do tipógrafo, dos copistas, dos censores e dos editores (CHARTIER, 2014, p. 12). Chartier também revela “a forte e repetida presença da Espanha dos séculos XVI e XVII”, por sua confessada “afeição por obras do Século de Ouro espanhol”, pelo estudo de determinados capítulos de *Dom Quixote*, de Cervantes e por considerar a Espanha como o Estado que produziu “exemplos brilhantes dos mais sedutores gêneros literários de escrita imaginativa: o romance de cavalaria, a autobiografia picaresca, a nova *comedia*, bem como *Dom Quixote*, uma obra que não se encaixava em nenhum gênero estabelecido” (CHARTIER, 2014, p. 13). Identifica-se com facilidade a confluência teórica entre Chartier e Castillo Gómez quando conjugam História Cultural e Crítica Literária na história do livro, dos textos, da cultura escrita e das práticas de leitura. O próprio Gómez destaca, na introdução, que “os ecos [de Chartier] podem ser vislumbrados nestas páginas e sem cujo magistério, direto ou indireto, minha intuição seguramente não se teria despertado” (GÓMEZ, 2014, p. 21).

O capítulo 1, “*Do Elegante e Grande Escrutínio*”. *A Leitura Entre a Norma e a Transgressão*, coloca em evidência o quanto os livros de cavalarias na Espanha eram considerados como leituras que causariam males, motivo pelo qual deveriam ser vigiadas e censuradas. A sociedade espanhola do Século de Ouro perseguia tais livros, considerando-os perigosos e maléficos, principalmente porque provocariam práticas de leitura descontroladas, atos impudicos, deleites e amores, considerados como verdadeiros “venenos da alma” (GÓMEZ, 2014, p. 30). As leituras classificadas como corretas eram aquelas que instruíam, ensinavam bons exemplos, formavam bons cristãos, tanto em moralidade quanto em virtudes. Nesse sentido, expressavam seus valores na hierarquização dos livros, uma vez que livros de devoção, de orações, de teologia, de lógica, de direito, de crônicas e de História eram considerados úteis aos

governantes, e, principalmente, de proveito espiritual, pois os faziam honrados e virtuosos. Ainda que o autor reitere as boas e corretas leituras como aquelas vinculadas às instruções de comportamento moral e de regulação de condutas tidas como virtuosas, muito pouca atenção é dedicada à consideração destas leituras como meios importantes para a salvação da alma.

A leitura excessiva e a posse de grande número de livros, sua diversidade, era algo ridicularizado, porque a ideia consistia em “ler pouco”, mas “bons livros”, expressões que Castillo Gómez repete em seus argumentos ao longo dos capítulos do livro. Tal recorrência, na documentação consultada, sobre a necessidade de instrução e leitura de “bons livros”, revela, segundo o autor, a existência de certa frequência e hábito de leituras transgressoras, constatação feita “pelo negativo”: “a regra revela em si mesma a existência da realidade que se regula”, daí a “insistência a respeito dos vícios e imoralidades” provocadas por alguns livros (GÓMEZ, 2014, p. 50).

No capítulo 2, *Ler e Anotar. A Leitura Erudita*, são abordadas as maneiras de se efetuar a leitura e a relação dos sujeitos com aquilo que liam, suas marcas, seus indícios, principalmente aqueles que “ficaram nas anotações e sublinhados feitos sobre o próprio livro” (GÓMEZ, 2014, p. 55). O contato com os livros trazia aos indivíduos “fonte de inspiração”, conhecimento, “ideias para conversar ou pregar” e orientações para a condução da própria vida (GÓMEZ, 2014, p. 55). A leitura podia se dividir entre paixão ou proveito e podia ser encarada como remédio para aliviar enfermidades. Ler devagar, ler o necessário e ler com atenção para tirar proveito das leituras eram recomendações dos eruditos, pois ler em demasia poderia provocar fastio, dor de cabeça e enfado⁵ (GÓMEZ, 2014, p. 63).

Considerando ainda os subsídios teóricos utilizados por Castillo Gómez, sobre os processos de produção e publicação da cultura escrita, identificamos alguns aspectos de interlocução com os do trabalho do historiador Robert Darnton. Para este, a história do livro possui uma definição mais alargada, percebendo-a enquanto “história social e cultural da comunicação impressa” como aquela que apresenta a “finalidade de compreender como as ideias foram transmitidas sob forma impressa e como a exposição à palavra impressa afetou o pensamento e a conduta da humanidade”. Estudioso das formas de comunicação, Darnton (2010, p. 190) analisou impressos como panfletos, poesias, editos e “outras formas além do livro”. Para esse autor, os livros impressos surgem e se propagam a partir de “um circuito de comunicação que vai do autor ao

editor (...), ao impressor, ao distribuidor, ao livreiro e ao leitor” e o leitor é quem completa o dito circuito (DARNTON, 2010, p. 193). Em outro relevante trabalho, Robert Darnton (2014) analisou a capilarização da informação e dos modos de ler, destacando que as redes de comunicação na Paris do século XVIII se constituíam a partir das possibilidades de leituras públicas de poesias, folhetos, cartazes, de forma que no espaço público, tornavam-se oralidades em canções, conversas, burburinhos, como modos de críticas políticas à administração da cidade e ao rei. A verificação dessa inspiração darntoniana pode ser evidenciada especialmente no capítulo 5, *Ler na Rua. Versos, Avisos e Panfletos*, quando Gómez analisa a ligação entre o manuscrito e o impresso e “sua transmissão através de leituras coletivas realizadas em espaços públicos” (GÓMEZ, 2014, p.137). Eram sonetos e canções que circulavam, distribuídos nas ruas através das vozes, das informações e opiniões diversas. A fecundidade da palavra e da escrita ganhava particularidade “quando o conteúdo da mensagem continha alguma afronta, blasfêmia, desonestidade ou transgressão” (GÓMEZ, 2014, p.141), principalmente quando divulgados em lugares coletivos de sociabilidades como ruas, praças e bancadas, através de panfletos, libelos, versos, cartazes e folhetos.

Comum eram as leituras dos informes escritos que se encontravam nos espaços públicos. Nesse sentido, a função comunicativa desses escritos era encontrada em anúncios, bulas, editos afixados em muros, portas e outros locais públicos, sendo que sua apropriação estava condicionada ao contexto de publicação e sua propagação através da leitura pela “materialidade do produto escrito” (GÓMEZ, 2014, p. 145). Nesse caso, as imagens e os emblemas utilizados para comunicar podiam emprestar determinado “sentido ao ato de recepção” (GÓMEZ, 2014, p. 147). Eram também nas ruas e praças que comumente se realizavam leituras públicas de cartas, avisos, relatos, gazetas e se ouvia variados rumores. Em síntese, o que o autor analisou, neste quinto capítulo, foram as distintas formas de comunicação: a oral (boatos e leituras públicas), a escrita (manuscrita e impressa) e a visual (iconografia das estampas).

Os capítulos 3, 4 e 6 convergem na medida em que sobressaem as leituras de obras religiosas, respectivamente, aquelas realizadas no cárcere inquisitorial, às dos conventos e às leituras das autobiografias, feitas pelos pais aos filhos, por freiras e por soldados.

Intitulado *Paixões Solitárias. Leitores nos Cárceres Inquisitoriais*, o terceiro capítulo descreve uma específica prática de leitura, que nem sempre se dava de maneira

individual. Com a posse de poucos livros nas celas dos presos inquisitoriais, lia-se, geralmente, livrinhos cujas matérias versavam sobre assuntos religiosos e espirituais e eram voltados para “ocupar-se” nas prisões (GÓMEZ, 2014, p. 93). Nas celas, as leituras eram compartilhadas, praticadas em voz alta, mas as expectativas de um mesmo leitor poderiam ser diversas, a depender “do momento e da função atribuída ao livro em cada circunstância” (GÓMEZ, 2014, p. 95). No “modelo de leitura ascético-espiritual”, poderia ser encontrado o desejo de meditação e a consideração do livro como um talismã e como possibilidade de facilitar a invocação divina (GÓMEZ, 2014, p. 97).

O capítulo 4, *Ler em Comunidade. Livro e Religiosidade no Barroco*, centra sua análise nas leituras de textos de espiritualidade feitas por beatas no início do século XVII, que esclarece “a função da leitura em determinados círculos de mulheres”, pois “confessores ordenavam a suas confidentes que deixassem por escrito o conteúdo de suas revelações e conhecimentos” (GÓMEZ, 2014, p. 114), configurando, muitas vezes, autobiografias por imposição. A leitura enraizada “em seu sentido de espiritualidade” (GÓMEZ, 2014, p.116) conectava-se com os valores e a outorga da oração mental, numa comunidade pouco livre que atendia “ao tipo de vida em comum suportada por determinadas regras de aceitação coletiva” (GÓMEZ, 2014, p. 22). Nos conventos, havia um modelo de leitura monástica: ler para incrementar a devoção, para alimentar-se espiritualmente; ler de modo desperto, com pausas, ler em lugares específicos (leitura vigiada), ler para praticar o exercício ascético, ler para vocalizar orações, ler até guardar na memória. A ideia de possuir sempre um livro espiritual nas mãos era muito bem-vista.⁶

Por fim, Castillo Gómez enfatiza a prática leitora e seus modos de acesso enquanto um processo de “condições de possibilidades” de determinados contextos. Baseado nos estudos de Roger Chartier, o autor diz que não pretende – e nem se consegue – reconstruir e recuperar a leitura de cada leitor, mas “descrever as condições partilhadas que a definem” (GÓMEZ, 2014, p.133). Assim, o sexto e último capítulo, *Leitura e Autobiografia*, traz a análise histórica das práticas de leitura feitas “a partir do estatuto dado aos livros e ao ato de ler nos escritos autobiográficos” (GÓMEZ, 2014, p. 167). Dentro dessa denominação, o autor inclui diários, livros de família, autobiografias, diários espirituais e crônicas pessoais. As autobiografias relatam memórias sobre as leituras devotas realizadas por mães e pais, bem como por “serões familiares de leitura” (GÓMEZ, 2014, p. 173). As primeiras experiências de leitura se davam na própria rede

familiar, ainda no período da infância, de modo que as primeiras leituras de uma criança eram acompanhadas da educação da doutrina cristã. A infância e a puberdade eram acompanhadas da leitura de “bons livros”, especialmente os modelos de vida virtuosa dos santos. Já os leitores adultos tinham suas leituras ampliadas, e poderiam ler obras de conteúdo histórico e militar, relatos de cavalaria, picarescos, romanceiros, poesias heroico-patriótica e amorosa, obras devocionais, relatos de viagens, manuais de geografia e astronomia, textos jurídico-administrativos, vidas de soldados. Leitores comuns, como soldados e freiras demonstravam apreço por livros instrutivos, aqueles que se poderia “aprender e extrair modos de agir e de ser” (GÓMEZ, 2014, p. 196). “O soldado áureo devia ser não apenas uma pessoa de valor, mas também de boa honra, isto é, um cavaleiro cristão” (GÓMEZ, 2014, p. 196). As freiras autobiógrafas tinham suas referências em vidas de santidade e ofícios da Virgem. Assim, a leitura produzia efeito na personalidade do leitor, mobilizava ânimos, despertava vontades, introduzia espiritualidade acentuada e interiorizada.

Entre as possíveis leituras identificadas pelo autor e bastante realçadas nos capítulos estão a bíblia, livros do Frei Luís de Granada e do Frei Pedro de Alcantara, ofícios da Virgem, vidas de santos – especialmente o *Flos Sanctorum* – e obras de Teresa de Ávila.⁷ Interessante, porém, destacar a sutil percepção crítica feita por Marisa Midori Deaecto no prefácio da obra em uma nota de rodapé: “Onde estariam os leitores de *Imitatio Christi*, de Thomas Kempis, este livro reabilitado na idade de Gutenberg, leitura obrigatória dos homens de fé, livro de cabeceira de Ignácio de Loyola, dentre outras almas que no momento de aflição se apegaram às suas palavras?” (GÓMEZ, 2014, p. 11). E nós ainda acrescentaríamos: onde estariam os leitores de Inácio de Loyola? E os leitores das *ars moriendi* ?

Ao longo dos capítulos, oito ilustrações são apresentadas, entre as quais, destacamos a imagem que ilustra a capa, também inserida ao final do capítulo 2, que mostra a representação alegórica de um erudito em seu escritório, realizada pelo pintor espanhol Francisco de Zurbarán em 1639. O homem representado seria o frade Jerónimo Gonzalo de Illescas († 1454), no Mosteiro de Guadalupe; a imagem apresenta o monge sentado, surpreendido em suas tarefas de leitura e escrita e, como outros possíveis leitores eruditos de seu tempo, suas práticas de leitura eram seguidas de anotações e apontamentos. Segundo Gómez os eruditos, leitores instruídos, viviam rodeados de livros e, geralmente, possuíam cadernetas onde preenchiam notas de leitura.

Nesse sentido, eram comuns registros de bíblias, livros de devoção, livros de vidas e “outros livros de mão” (GÓMEZ, 2014, p. 180).

Assim, o livro de Antonio Castillo Gómez segue no movimento atual do mercado editorial brasileiro que vem traduzindo e publicando obras sobre História das práticas de leitura na Europa,⁸ resultado, certamente, do interesse que o tema ou campo de pesquisa continua ou ainda pode despertar nos pesquisadores em História Moderna ou em História da Educação.

No Brasil, muitos historiadores e críticos literários já se dedicaram ao estudo do livro e da leitura, especialmente interessados em perceber a circulação de ideias e de conhecimentos entre a Metrópole e a Colônia portuguesa na América, através da presença de livros em acervos pessoais e em bibliotecas religiosas, ou simplesmente, através de referências indiretas à posse e uso de livros em variadas fontes.⁹

Por fim, cabe destacar, conforme afirmou Castillo Gómez, que a história do livro tem percorrido um caminho que considera mais os livros possuídos ou colecionados do que as apropriações efetivas dos textos (GÓMEZ, 2014, p. 101). De modo crítico, o autor considera que “se tem descuidado a análise das circunstâncias concretas nas quais se dá a intersecção entre os mundos do texto e do leitor”. Mas concorda que “nem sempre é possível dispor de pistas que sustentam as experiências de apropriação e construção de sentido” (GÓMEZ, 2014, p. 102).

De leitura agradável e resultado de competente pesquisa, manejo das fontes e boa reflexão teórica, o livro peca, em nossa opinião, por não apresentar uma conclusão ou alguma consideração final – embora apresente uma interessante introdução de oito páginas, escrita pelo próprio autor em outubro de 2014 – e por não apresentar as referências bibliográficas ao final. Elementos importantes, mas que não desqualificam a pertinência e relevância do trabalho para todos interessados no tema, no campo e na disciplina de “História do livro e da leitura”.

Referências

- CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. Tradução de Daniel Pelizzari. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

DEAECTO, Marisa. *O Império das Letras: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, 2011.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo Luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

¹ Disponível em <http://www.siece.es/index.html>. Acessado em 12 de dezembro de 2015.

² O século de Ouro espanhol refere-se ao período entre meados do século XVI e a segunda metade do século XVII.

³ Armando Petrucci foi orientador de Castillo Gómez na Universidade ‘La Sapienza’ de Roma no final dos anos 1980 quando iniciou o estudo das práticas sociais da cultura escrita.

⁴ CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 19-21.

⁵ Chartier (2014) alertou para os consideráveis perigos que, no contexto setecentista, a leitura excessiva poderia causar na vida dos indivíduos: imobilidade corporal, excitação da imaginação, dores no estômago, problemas no intestino, perturbação nos nervos, exaustão corporal, entre outras patologias e doenças do corpo. Ler demais poderia ser causa de epidemias e pensamentos desconfortáveis que poderiam levar à hipocondria e à loucura.

⁶ Roger Chartier destaca que carregar sempre um livro de orientação religiosa, capaz de possibilitar releitura, guiar a existência, instruir a qualquer hora e aliviar os tormentos cotidianos eram prerrogativas comuns entre os católicos da Europa entre os séculos XVI e XVIII. CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

⁷ Estas citadas obras, foram sucessos de leitura no Século de Ouro, mas também no século XVIII e não apenas na Espanha. Essa constatação de longa permanência, no tempo, da leitura de determinados livros religiosos diz respeito, segundo Marisa Deaecto, ao hiato sempre existente “entre o momento de edição da obra e sua recepção por um amplo público, de modo que uma geração não pode negar totalmente os livros da tradição. DEAECTO, Marisa. *O Império das Letras: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EDUSP, 2011, p. 150.

⁸ A exemplo dos já citados trabalhos de Chartier (*A mão do autor e a mente do editor*) e de Darnton (*Poesia e política: redes de comunicação na Paris do século XVIII*).

⁹ Limitar-nos-emos a referenciar aqui a recente e tão esperada publicação da monumental tese de Luiz Carlos Villalta, defendida em 1999, e que agora ganha o mercado com o título *Usos do livro no mundo Luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações* (Editora Fino Traço, 2015).

Resenha recebida em: 29/04/2016. Aprovada em: 23/06/2016.